

A constituição de identidades camponesa e feminista no Movimento de Mulheres Camponesas

Catiane Cinelli* & Elisiane de Fatima Jahn**

Resumo

O presente artigo é resultado de pesquisa militante das autoras. Tem como objetivo refletir acerca da constituição ou construção da identidade camponesa e feminista das mulheres engajadas no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). O Caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa e participante, cuja metodologia se desenvolveu nas atividades realizadas pelo MMC, juntamente com as mulheres, através de observações militantes e consulta a produções do Movimento. Concluiu-se que as mulheres, a partir da inserção nessa organização, constituem novas identidades, se diferenciando das demais camponesas da sociedade.

Palavras-chave: militantes engajadas, mulheres, luta.

Abstract

This article is the result of militant research of the authors. The reflect on the creation or construction of rural identity and feminist women engaged in the Movement of Rural Women (MMC). What is characterized as a qualitative research and participant, whose methodology was developed through the activities of the MMC along with women, through observation and consultation with militants of the Movement productions. It was concluded that women, from the insertion of this organization constitute new identities, differentiating itself from other peasant society.

Key words: militants engaged, women, fight



* **CATIANE CINELLI** é Mestranda em Educação nas Ciências pela UNIJUI, bolsista Capes; Militante do Movimento de Mulheres Camponesas.



** **ELISIANE DE FATIMA JAHN** é Militante do Movimento de Mulheres Camponesas.



Fonte: Enviado pela autora

Em tempos de crise de identidades, tratar tais questões torna-se um desafio e uma urgência, especialmente tratando-se de um processo vivenciado por mulheres no interior do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), caracterizado como camponês, de classe, feminista e autônomo. Este artigo suscita reflexões acerca desta temática a partir do olhar das militantes engajadas nesse ator social.

No início da década de 1980, em vários estados do Brasil, surgem movimentos autônomos de mulheres¹, com objetivos e ações em comum. Em muitas atividades se reuniam as diversas organizações para debater e refletir

¹ No Rio Grande do Sul, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR). Em Santa Catarina, Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA). Assim também em outros estados com nomenclaturas diferentes.

sobre a luta das mulheres camponesas. Fruto desse processo, em 2004 é consolidado o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) do Brasil, unificando os vários grupos estaduais. Sua ação se dá em torno do objetivo de libertação das mulheres, da construção do projeto de agricultura camponesa agroecológica e a transformação da sociedade.

O ensaio é oriundo de observação participante neste Movimento, a partir da militância das autoras. Permite analisar produções e ações que as mulheres camponesas desenvolvem. Assim sendo, temos um movimento social em movimento, de dentro para fora, como parte de um processo de pesquisa e, de fora para dentro, na medida em que os sujeitos envolvidos refletem a partir do que fazem e do que produzem enquanto experiência prática

e política. Nesse sentido, temos o objetivo aqui de refletir acerca da constituição ou construção da identidade camponesa e feminista das mulheres inseridas no Movimento de Mulheres Camponesas.

Hall (2006), ao falar sobre o conceito de identidade, argumenta que, assim como outros fenômenos sociais, é impossível oferecer afirmações conclusivas ou fazer julgamentos seguros sobre as alegações e proposições teóricas. Desse modo, expomos as definições dessa categoria que mais se assemelham ao que estamos pesquisando, considerando a historicidade dos fatos e das teorias sempre em construção e reconstrução.

Identidade pode ser entendida como a fonte de significado e experiência de um povo. No que diz respeito a atores sociais, entende-se por identidade o processo de construção de significados com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados. Para um determinado indivíduo ou um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. Essa pluralidade é fonte de tensão e contradição (CASTELLS, 2002, p. 22).

Com essa definição, afirmamos que a construção da identidade é bastante complexa, ainda mais em tempos atuais em que muitos elementos são agregados na vida cotidiana das pessoas, sob a influência dos meios de comunicação, acesso à informação e, com isso, à globalização. Na América Latina, segundo Canclini (1998), as tradições ainda não se foram e a modernidade não terminou de chegar, então não estamos convictos (as) de que modernizar-nos seja o principal objetivo e nos questionamos sobre a finalidade e para quem são as tecnologias.

Canclini levanta ainda a hipótese de que “a incerteza em relação ao sentido e ao valor da modernidade deriva não apenas

do que separa nações, etnias e classes, mas também dos cruzamentos socioculturais em que o tradicional e o moderno se misturam” (p. 18). Desse modo, refletimos a partir da vivência das mulheres camponesas em luta, que, ao mesmo tempo, vivem numa sociedade moderna, com tecnologias avançadas na agricultura, e muitas vezes sem acesso a direitos mínimos para uma vida digna.

Assim sendo, as camponesas vivem em uma sociedade, que é formadora de seres sociais e está marcada pelas relações de poder, desiguais e patriarcais. Vão se formando através de sua interação com o meio, mas apresentam características diferentes conforme as diferenças culturais. Em movimento, as mulheres tomam contato com novas teorias e práticas e as identidades vão se formando nesse contexto, que é dialético. Assim refletem sobre os conflitos e dificuldades da vida cotidiana, bem como possibilidades de fazer a diferença a partir de um coletivo organizado.

Através do diálogo entre a realidade pessoal e as novas vivências no coletivo, as mulheres vão assumindo-se como sujeitos de sua própria vida e da construção da sua história. Dessa forma, constroem um movimento nacional de mulheres do campo, numa diversidade de expressões, regionalidades e práticas, fato que potencializa possibilidades para que transformem politizadas suas ações cotidianas junto à família e à sociedade como um todo.

Sendo assim, afirmamos que a identidade das mulheres camponesas está em construção, não está pronta, acabada, e nem se dá de forma linear, mas entre muitos conflitos e contradições vivenciadas por estarem inseridas numa sociedade capitalista e

com características do patriarcado². Desse modo, se desenvolve com discriminação e exploração social, racial e de gênero, colocando o lucro acima da vida dos seres humanos e da natureza (Muraro, 2002).

A sociedade patriarcal e o feminismo como contestação

Quando afirmamos que a sociedade tem características do patriarcado, reconhecemos que as mulheres têm uma desvantagem nesse meio. Beauvoir (2009) nos ajuda a compreender o surgimento dessa forma patriarcal de agir e pensar.

Com a descoberta do cobre, do estanho, do bronze, do ferro, com o aparecimento da charrua, a agricultura estende seus domínios. Um trabalho intensivo é exigido para desbravar florestas, tornar os campos produtivos. O homem recorre, então, ao serviço de outros homens que reduz à escravidão. A propriedade privada aparece; senhor dos escravos e da terra, o homem torna-se também proprietário da mulher. Nisso consiste “a grande derrota histórica do sexo feminino”. Ela se explica pelo transtorno ocorrido na divisão do trabalho em consequência da invenção de novos instrumentos. “A mesma causa que assegurara à mulher sua autoridade anterior dentro da casa, [...] assegurava agora a preponderância do homem (p. 88-89).

Nas palavras da autora, podemos observar o surgimento da preponderância masculina, que não foi de repente, mas com um longo processo. Com isso, Beauvoir argumenta que o trabalho do homem torna-se fundamental e o da mulher,

insignificante; conseqüentemente, a propriedade passa de pai para filho e não mais da mulher ao clã, ocasionando o aparecimento da sociedade patriarcal baseada na propriedade privada. Essa forma de organização familiar e social perpassa diferentes processos históricos e a supremacia masculina continua presente na sociedade atual.

Engajadas no Movimento de Mulheres Camponesas, as mulheres vão refletindo sobre a cultura patriarcal como sendo uma das “verdades” instituídas na sociedade, que coloca a mulher como incapaz e inferior. Ao compreender essa cultura como construída e não natural, afirmam que a mesma pode ser desconstruída. Então, as militantes passam a questionar os papéis designados a homens e mulheres, bem como construindo formas de sair da situação de *ser menos*³, isso tudo em contestação ao patriarcado.

Uma das maneiras de enfrentar esse modelo de sociedade que as mulheres organizadas encontraram no decorrer da história e que perpassa as lutas, a organização e a formação do movimento social aqui pesquisado é a organização coletiva no feminismo. Ao tomarem contato com teorias e práticas feministas, as camponesas resistem à cultura imposta a homens e mulheres e que as convenceu da inferioridade feminina.

Com essa resistência assumem práticas diferenciadas, a que até então não tinham acesso, pois muitas chegam ao Movimento e afirmam *nunca terem ouvido falar em feminismo*. Aos poucos, porém, vão assumindo uma identidade feminista como enfrentamento ao patriarcalismo, isso tanto no âmbito pessoal, quanto coletivo.

² Modelo de sociedade em que vivemos onde o patriarca – homem é mais valorizado que a mulher, segundo Gebara, 2002.

³ Na concepção de Paulo Freire, o ser humano sai da condição de ser menos ao ser mais, humanizar-se.

Individualmente, cada mulher militante se constrói sujeito de sua própria vida e dona de suas vontades. Aos poucos se coloca na família com poder de decidir inclusive sobre a produção, decisão esta que geralmente é uma exclusividade masculina. A mulher, por exemplo, diz que quer produzir alimentos saudáveis para o bem de todos os membros desse grupo e que para isso precisa do “melhor pedaço de terra e não aquele que é de difícil acesso e pouca produtividade”. Ao fazer essa exigência, está enfrentando o patriarcado, o qual considera a mulher como quem não tem “voz nem vez” no âmbito familiar e social. Nesse caso, as mulheres enfrentam da mesma forma o capital, conforme retomaremos adiante.

Coletivamente, o MMC se assume como feminista em 2004, com a consolidação do Movimento nacional. A partir daí as militantes aprofundam teoricamente o tema e, podemos dizer assim, as mulheres vão tecendo ações feministas e, ao agirem de tal forma, estão constituindo uma nova identidade. Para compreendermos essa construção, Gebara (2002) nos ajuda a conceber o feminismo como uma proposição. A autora ressalva, porém, que o que propomos ainda é uma utopia.

Propomos uma reapropriação do nosso poder, de nosso poder roubado. Não se rouba só casa. Não se rouba só terra, se rouba poder. Rouba-se poder quando se convence outros que eles não têm o mesmo poder. Isto é roubo, diminuição. Nós, mulheres, não queremos entrar na estrutura da diminuição [...] queremos, reapropriar-nos de um poder que nos constitui (p. 67).

Desse modo, afirmamos que a identidade feminista se constitui especialmente ao questionar a cultura patriarcal, quando, de forma teórica e

prática, as militantes se diferenciam frente às demais pessoas da sociedade. Essa diferenciação se dá ao mesmo tempo pessoal e coletivamente, por serem as mulheres organizadas que constituem o movimento, ou seja, um coletivo constituído de pessoas com objetivos comuns.

No momento em que coletivamente as mulheres passam a discutir sobre o modelo de agricultura, passam a ter objetivos e ações também pessoalmente. A tomada de posição das mulheres, quando se dá relacionada ao trabalho e à produção, leva-as a enfrentar o modelo capitalista de produção e também resistir.

A sociedade capitalista e a construção do projeto de agricultura camponesa

A sociedade capitalista se manifesta no campo através de um modelo de produção, o qual impõe um modo de pensar que coloca o mercado em primeiro lugar e em que o autossustento fica em última instância. Com esse sistema, são criados discursos como, “se sobrar tempo e terra, pode-se produzir para comer”, mas o ideal é que as famílias comprem o alimento no supermercado e este seja industrializado.

Ao resistir o capitalismo no campo, as mulheres propõem coletivamente, a partir do MMC, em 2007, a Campanha Nacional de Produção de Alimentos Saudáveis. Afirmam que não querem a monocultura, os agrotóxicos, o modelo de mercado e, por isso, querem produzir alimentos para que os povos do mundo não passem fome e, mais, que esses alimentos precisam ser saudáveis, não é qualquer alimento.

Acompanhando encontros de formação do MMC, vimos que muitas mulheres, a partir da inserção no Movimento, têm mais iniciativas. Com isso, percebemos que a opressão dada no âmbito do sexo e

a exploração do sistema capitalista, assim como a conscientização, se dão ao mesmo tempo.

Em meio às contradições dadas pela realidade concreta, com a inserção na luta e organização, se colocam como mulher decidindo a produção e o modo de vida da família, mesmo os demais membros da família não estejam ainda totalmente convencidos num primeiro momento. Assim, também a mulher está se constituindo como sujeito de sua história e, parafraseando Freire (1987), quando diz que os oprimidos, ao se darem conta da opressão em que vivem, buscam a superação da mesma e, ao libertarem-se, libertam o opressor, pode-se pensar que, quando as mulheres não se deixarem mais dominar, o homem assumirá um lugar de quem conversa e decide junto, como companheiro e não “dono”.

Ao tornarem-se protagonistas de suas histórias, as mulheres se assumem como camponesas e feministas, constituindo assim identidades pessoais e coletivas. Como visto anteriormente, autores como Castells e Hall argumentam que podem haver identidades múltiplas. Por essa razão, concordando com os autores e trazendo elementos da pesquisa, percebemos que as identidades construídas são muitas, pois, ao mesmo tempo em que se identificam como mulheres lutadoras e feministas, se assumem também como cuidadoras e produtoras de alimentos, discutindo coletivamente a construção de novas relações entre os seres humanos e destes com a natureza.

Para que essas novas relações aconteçam, é necessário que seja pensado em outra forma de produzir, assim discutem e constroem o projeto popular de agricultura camponesa. Esse projeto tem princípios da agroecologia e vai contra o que o mercado e o

agronegócio ditam para o campo, que compreendem o ambiente como forma de explorar e gerar lucro, independente de como fazer isso e assim o uso de agrotóxicos.

Quando o modelo de produção capitalista impõe ao campo o pacote tecnológico pensando no lucro, tira o direito das camponesas e dos camponeses cuidarem da terra e da vida como bem e como sendo parte da mesma. Em contraponto a isso é que a identidade *camponesa* se constrói respeitando a historicidade e a tradição, pois, com essa decisão, as mulheres afirmam que trazem uma herança de valores e cuidados com a terra vindos dos antepassados, que cuidavam e produziam as próprias sementes, pois nessas está a essência da vida.

Assim sendo, a construção coletiva e individual é forjada no cotidiano do MMC, desde a coletivização do trabalho, do cuidado, até as práticas diferenciadas na produção de alimentos, nas formações, nos espaços de organização e nas lutas. Observamos e consideramos, em tais processos, conflitos e contradições, que, a partir do momento em que as mulheres identificam-se como lutadoras e participantes desse Movimento, envolvidas na construção de um projeto popular de agricultura camponesa, elas assumem uma identidade diferenciada e capaz de fazer com que tenham práticas diferenciadas nos espaços sociais onde atuam.

As mulheres afirmam uma identidade camponesa e assumem novas posturas de um fazer diferente, produzir e viver no campo, assim construindo uma nova cultura com vistas à superação do patriarcalismo, mediante a adoção de práticas feministas. Verifica-se, então, que as militantes conquistam e constroem sua libertação, ao saírem de

casa para participar politicamente da sociedade.

Constituem, assim, como argumenta Castells, uma identidade de resistência, pois são atores/as que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, fazendo das trincheiras de resistência e sobrevivência o locus de onde, com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade (2002, p. 24), semeiam novas formas de vida, trabalho. Essa resistência acontece em diferentes âmbitos, como já dito, *como camponesas*, quando decidem não mais seguir um modelo de agricultura ditado pelas empresas com utilização de agrotóxicos, e, igualmente, *como feministas* mediante práticas cotidianas de reação e enfrentamento a outras formas de opressão.

Desta maneira, podemos constatar que a construção da identidade de camponesa e feminista é política, pedagógica, social e de proposição de novos valores, enquanto também resgata e preserva outros. Ainda, que este processo é dinâmico e dialético e, por esse motivo, envolve vários elementos, como formação, luta, novas relações de trabalho e experiências coletivas e de vivência, tanto na organização, quanto na pedagogia do exemplo. É uma construção que é individual, mas também coletiva, construindo atores sociais e não meros indivíduos espectadores.

Podemos considerar, ainda, que no MMC se entrelaçam a Identidade de resistência com a Identidade de projeto, o que produz uma força potencialmente “capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a

transformação de toda a estrutura social” (CASTELLS, 2002, p. 24). Nesse caso, buscando a efetivação de um Projeto de Agricultura Camponesa, fundado nos princípios da agroecologia e de construção de novas relações entre as pessoas e destas com a natureza.

Enfim, assim vai se dando a constituição da Identidade *feminista* e *camponesa*, das mulheres, em meio a conflitos vivenciados numa sociedade patriarcal: as mulheres vão enfrentando as contradições dentro de sua própria casa e, ao querer sair dessa situação de inferioridade e dependência, compreendem que somente com a transformação das relações sociais é que conseguirão ter outro espaço e passar do *ser menos* ao *ser mais*, como nos ensina Paulo Freire. Nesse sentido afirmamos que as identidades das mulheres camponesas se constituem na luta pela construção de uma nova sociedade.

Referências

- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CANCLINI, Nestor G. *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp, 1998.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade - A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Vol II. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GEBARA, Ivone. *Cultura e relações de gênero*. São Paulo: Cepis, 2002.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- MURARO, Rose Marie. *A mulher no terceiro milênio: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro*. 8.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002.